

BRASIL: 500 ANOS

*José Oscar Beozzo**

Os 500 anos da América, 1492-1992, foram precedidos de intensa mobilização dos povos indígenas do continente, aos quais foram se associando outros grupos e segmentos da sociedade para sinalizarem *os “500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular”*. Na esteira daqueles 500 anos, em muitos países, foram alteradas as Constituições, com o fito de reconhecerem o caráter pluriétnico e pluricultural de sua realidade, incluírem os idiomas indígenas no currículo escolar e reconhecerem o direito ancestral das comunidades e povos indígenas à terra, à própria identidade, às suas leis e costumes.

Os 500 anos da outra América, não a hispana, mas a portuguesa, a “Pindorama” (Terra das Palmeiras), na língua dos índios tupi, no ano 2.000, não parece suscitar o mesmo impacto nem o mesmo empenho de protesto e revisão histórica que marcaram tão fortemente as populações do México, Guatemala, Equador, Peru, Bolívia e de muitos

* José Oscar Beozzo é historiador da Igreja, professor do Curso de Pós-Graduação em História da Igreja na América Latina da Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção e coordenador geral do CESEP — Centro Ecumênico de Serviço à Evangelização e Educação Popular, São Paulo.

outros países latino-americanos e caribenhos. Seria talvez porque, nestes países, as populações indígenas continuam formando a massa dos setores populares e mantendo identidade, memória e língua, constituindo-se, assim, até hoje, no dizer de Darcy Ribeiro, em “povos testemunhos”?

O Brasil, pelo contrário, seria um caso típico, de “povo novo”, resultado de um processo de amalgamento e fusão de diferentes povos e raças e cujos setores populares são o resultado, não tanto da anterior população indígena, mas da avalanche de escravos negros (cerca de 3, 6 milhões) trazidos da África, ao longo de mais de três séculos e mantidos em regime de escravidão até ontem praticamente? A abolição da escravatura no Brasil, a mais tardia das Américas, só sobreveio, em 1888 e não em 1794, como no Haiti ou 1810, no México; 1834, como nas ilhas inglesas do Caribe ou ainda 1865, nos Estados Unidos.

Na verdade, o Brasil, atolado na pior crise de sua história, endividado e em recessão, surpreendido pelos sucessivos escândalos financeiros e morais nas mais altas esferas do executivo, do legislativo e do judiciário e sem muitas perspectivas no horizonte mais próximo, vem encarando de maneira morna, sem muito ânimo de celebração e mesmo de protesto, o aproximar-se dos 500 anos da chegada dos portugueses a estas terras.

Além do mais, no ano 2000, sobrepõem-se várias efemérides: os 500 anos de Brasil, mas também, o grande jubileu e o início do terceiro milênio do cristianismo, com significados mais universais.

22 de abril de 1500 foi o dia da passagem pelas costas do Brasil das doze naus de Pedro Álvares Cabral, no seu caminho para as Índias. Pero Vaz de Caminha, o escrivão da armada, na sua carta ao Rei de Portugal, D. Manoel, o Venturoso, narra o “achamento” da terra e dá notícia acerca dos seus habitantes e dos oito dias em que a frota cabralina singrou pelo litoral do sul da Bahia.

As folhinhas dos calendários marcam para o dia 22 de abril várias comemorações, como as do dia da Terra, do dia da Aviação de Caça, do dia da Comunidade Luso-Brasileira e do dia do Descobrimento do Brasil.

É sob este nome de “Descobrimento do Brasil”, que o Governo está elaborando a sua agenda de festividades para comemorar os 500 anos e que a Rede Globo de Televisão instalou em Porto Seguro e em

várias outras capitais do país, relógios em contagem regressiva que vão indicando quantos dias faltam para o evento.

A Igreja Católica, nos seus documentos mais recentes, vem evitando cuidadosamente falar do “Descobrimento do Brasil”, colocando entre os objetivos do seu projeto “Rumo ao Terceiro Milênio”, a “conscientização do sentido do Jubileu e dos 500 Anos de Evangelização do Brasil”.

Mas as óticas do Estado e da Igreja, ainda que distintas, não esgotam todas as leituras possíveis deste acontecimento. Os mais de 600 povos indígenas que habitavam e dos quais, pouco mais de uma centena continuam habitando, a terra batizada com o nome de Santa Cruz, Vera Cruz e depois Brasil, experimentaram este acontecimento, cujo processo vem se desdobrando no tempo, até hoje, como invasão e espoliação de suas terras e malogrados intentos de boa vizinhança e civilizada convivência. Para muitos deles, cujo presença no território hoje abarcado pelo Brasil remonta há mais de 40.000 anos, os últimos quinhentos anos são apenas uma etapa recente, ainda que trágica, dolorosa e determinante, de uma história muito mais antiga e profunda.

É possível, nestas comemorações, uma meditação de respiro mais amplo que se acerque desta história, sem excluir a variegada e antiquíssima trajetória e a rica experiência humana e espiritual de tantos povos, culturas e religiões ou estamos condenados à estreita ótica colonialista dos 500 anos de “descobrimento” ou de “evangelização”?

Se continuarmos nos movendo no horizonte estreito dos 500 anos, a primeira consequência a que nos condenamos é a de sermos um país sem memória e sem raízes. Não basta para superar esta maldição retomar o surrado refrão de que somos filhas e filhos, herdeiros das três raças tristes: a portuguesa, a indígena e a negra.

As três entraram no cadinho da nossa formação em condições muito distintas: os portugueses como conquistadores e colonizadores que se apropriaram, sem mais, de terras e gentes, estabelecendo sua dominação política, sua exploração econômica e impondo seu sistema cultural, sua língua, costumes e fé religiosa. Os indígenas surgem como obstáculo à ocupação da terra, votados ao afugentamento e ao extermínio ou a serem recuperados, como mão de obra servil, para as lavouras e engenhos. Às mulheres indígenas e, depois, às negras impuseram a forçada miscigenação sexual, a fim de “povoar a terra”, na esteira do

projeto colonial, fazendo de mamelucos, cafuzos e mulatos, seus aliados ainda que nem sempre incondicionais. Até hoje, não se ofereceu aos sobreviventes desta grande tribulação, cerca de 300.000 indígenas agrupados em 130 diferentes povos, garantia para suas terras, respeito por suas culturas e religiões, educação bilingüe no reconhecimento do caráter pluriétnico, pluricultural e plurilingüístico da nação brasileira. Nem mesmo os parques diretos, inscritos na constituição de 88, são assegurados aos povos indígenas. Cerca de 85% de suas terras não estão ainda demarcadas e homologadas e continuam sujeitas a contestações judiciais, a ocupações, a invasões e a devastações, sob o olhar indiferente quando não complacente e conivente do governo e da sociedade.

Os negros chegaram na condição, não apenas de exilados de sua África nativa, mas também na de mercadoria escravizada, traficada, leiloadada, comprada e revendida para todas as lides e trabalhos dos campos e das cidades. Dominação, submissão, escravidão conotam a desigual convivência entre portugueses, indígenas e africanos e afetam a avaliação das distintas contribuições para a constituição deste “povo novo”, chamado de brasileiro. Para negros e negras, o fim da escravidão não foi um passaporte para a cidadania, mas sim para a marginalização, pois a abolição consumou-se, negando-lhes terra para trabalhar e sem ter-lhes dado escolarização e preparo para enfrentarem a dura concorrência dos imigrantes europeus e japoneses no mercado de trabalho.

Às “raças tristes” é, pois, mister incorporar a saga dos imigrantes, peças maiores num conflito de projetos para se mudar o país colonial e escravista, assentado no instituto da grande propriedade da terra, da monocultura exportadora (cana de açúcar, fumo e algodão no nordeste, café no sul, ouro e diamantes no sudeste) e do trabalho escravo. Enquanto alguns poucos, logo após a independência, sonhavam em revolucionar as estruturas anteriores, substituindo-as no seu conjunto: a grande propriedade pela pequena propriedade familiar, o braço escravo pelo livre, a monocultura pela policultura, a exportação pelo atendimento às necessidades do mercado interno, outros queriam apenas “modernizar” as relações de trabalho, trocando escravos envelhecidos e obtidos a custos crescentes, por braços imigrantes assalariados, deixando-se intatos o grande latifúndio e a monocultura para a exportação. O primeiro projeto vingou isolada e subordinadamente nos interstícios e à margem da grande propriedade exportadora, em alguns estados do sul, com as “colônias” de imigrantes alemães, italianos, poloneses do Rio Gran-

de, Santa Catarina, Paraná. Ali, os imigrantes receberam pequenos lotes de terra, para o cultivo familiar, abrindo o caminho para um Brasil mais igualitário e democrático. Essas terras, porém, foram violentamente tomadas aos remanescentes das populações indígenas que escaparam nas serras do impiedoso extermínio do período colonial. O segundo projeto prosperou em São Paulo e sul de Minas, com as grandes fazendas inundadas por centenas de milhares de imigrantes sem terra, encaminhados para as “colônias” das fazendas, para substituir, nas colheitas do café, os escravos das senzalas. Valha como comparação, para se ter uma ordem de grandeza: para o projeto de cidadãos prestantes e laboriosos, trabalhando a terra em regime de pequena propriedade, ingressaram no Rio Grande do Sul, entre 1876 e 1914, 66.000 imigrantes italianos; para o projeto de “modernização conservadora” do latifúndio, entraram nas fazendas de café, em São Paulo, perto de 1,5 milhão de imigrantes sem terra. Não foi, entretanto, no século passado, com a imigração, nem neste, com a constituinte de 1986-88, que se conseguiu quebrar a força do latifúndio e obter-se a reforma agrária. O inchaço das cidades, as legiões de migrantes sem terra e sem trabalho que perambulam pelo país são a consequência mais visível dos frustrados projetos de democratização da terra do século XIX, da fracassada abolição da escravidão, com terra para os libertos, em 1888, e da abortada reforma agrária do século XX.

Que os 500 anos sirvam para sonhar um Brasil, com mais igualdade e democracia, onde caibam todos os seus filhos e filhas, no respeito à riqueza da sua diversidade humana, cultural e espiritual.

É nesta perspectiva que as CEBs irão celebrar o X Intereclesial, em Ilhéus, na Bahia, em julho do próximo ano 2000, tendo como tema “CEBs, Povo de Deus, 2.000 anos de Caminhada” e como lema: “CEBs, Memória e Caminhada, Sonho e Compromisso”. Elas estão programando encontrar-se com os indígenas Pataxós, nas terras em que Cabral aportou, para celebrar a resistência e contribuição espiritual e humana dos povos indígenas, expressar sua solidariedade com suas lutas e realizar um gesto penitencial pela nossa parte, como Igreja, pela tragédia e sofrimento dos povos indígenas.